

**PROCESSO** - A. I. Nº 108875.0012/04-7  
**RECORRENTE** - N. H. SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JJF nº 0411-02/05  
**ORIGEM** - INFAZ IGUATEMI  
**INTERNET** - 08.06.06

## **1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO CJF Nº 0202-11/06**

**EMENTA:** ICMS. IMPORTAÇÃO. RECOLHIMENTO DE ICMS EFETUADO A MENOS. REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO, COM FULCRO NOS ARTS. 12 E 77, I, DO RICMS. POSSIBILIDADE. A transação em análise encontra-se acobertada pela redução da base de cálculo prevista nos dispositivos legais acima transcritos. Modificada a Decisão recorrida. Efetuadas as correções do lançamento, remanesce parcialmente a exigência fiscal. Nulidade afastada, pois o novo demonstrativo acostado ao feito permitiu a aferição da verba inserida na apuração da base de cálculo. Recurso **PARCIALMENTE PROVIDO**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso Voluntário interposto da Decisão da 2ª JJF, que concluiu pela Parcial Procedência do Auto de Infração em comento, impondo ao recorrente o pagamento de ICMS no valor de R\$48.448,52, supostamente devido em razão do recolhimento a menor nas importações de mercadorias do exterior, por erro na determinação da base de cálculo - falta da inclusão das despesas aduaneiras e utilização incorreta da taxa cambial.

A Decisão recorrida, em apertada síntese, asseverou:

1. O recorrente reclamou da falta de clareza do Auto de Infração, no que tange à especificação dos valores atinentes às despesas aduaneiras, que integrariam a base de cálculo. Em razão disso, os autos foram encaminhados ao autuante, em diligência, para que atendesse às solicitações consignadas no termo de fls. 136 e 137. O autuante, todavia, apenas repetira integralmente sua matéria de defesa, anexando às novas informações planilha detalhada na qual consignou valor de ICMS divergente do inicialmente apontado;
2. Alegaram, os julgadores, fazer-se importante a ressalva de que o contribuinte tem pleno direito de conhecer, de maneira clara e indubitosa, todos os itens da autuação, e a informação fiscal prestada no caso em comento, a despeito de trazer diversas informações relevantes para a autuação (inclusive indicação de novo parâmetro legal para a conduta do recorrente), não foi capaz de esclarecer nenhum dos pontos indicados pelo Contribuinte ou pela JJF, na solicitação de diligência;
3. A despeito da precariedade das informações prestadas, considerou-se suficiente o novo demonstrativo de débito elaborado pelo autuante e respeitado, portanto, o devido processo legal;
4. No mérito, a JJF considerou evidente estar-se diante de caso em que houve erro na determinação da base de cálculo, pois:
  - a) o benefício do art. 77, I, do RICMS é para operações internas e interestaduais, não atingindo importações; e

b) o art. 12, do RICMS, só se aplica a operações de importação realizadas com país signatário de tratado com o Brasil, dispondo de benefício semelhante, e o recorrente não comprovou tal requisito.

5. As correções efetuadas pelo autuante devem ser acatadas, reduzindo-se o débito para R\$48.448,52.

Em suas razões de Recurso Voluntário, o recorrente pugna pela improcedência do Auto de Infração. Eis, em resumo, as alegações expendidas em sede de Recurso Voluntário:

1. Trata-se de infração relativa à redução da base de cálculo aplicada sobre a importação de uma máquina de impressão por jato de tinta piezoelétrico, para produção de telas serigráficas – NCM 8443.51-00, sujeita ao benefício da redução da base de cálculo na forma estabelecida no Convênio ICMS 52/91;
2. É pacífico o entendimento da Gerência de Indústria e Comércio Exterior - GEINC, confirmado pela Diretoria de Tributação – DITRI, da Secretaria da Fazenda, de que os benefícios constantes do Convênio 52/91 alcançam as operações de Importação;
3. Assim, a manutenção da autuação em face do recorrente redundaria numa enorme injustiça, eis que acabaria por despender-lhe tratamento desigual, frente a outras situações semelhantes, mormente quando a Doutrina e a Jurisprudência entendem que os benefícios de tal convênio se estendem aos casos de importação de países da OMC, da qual os EUA fazem parte;
4. Alega, o recorrente, que, no voto, foi consignada atuação irregular do autuante, que indicou, em suas informações, dispositivo legal jamais invocado na autuação, para embasar a infração supostamente cometida;
5. A redução do imposto foi calculada com base nos arts. 77, I e 12, do RICMS. O equipamento foi adquirido para o imobilizado do recorrente, sendo utilizado na sua atividade social, descrita integralmente à fl. 177, dos autos.

Em seu Parecer opinativo, a PGE/PROFIS solicitou fosse realizada diligência junto à DITRI, para que esclarecesse acerca da orientação que vem sendo prestada aos contribuintes, quanto à redução da alíquota dos impostos, em casos que tais.

Este Conselho de Fazenda, entendendo pela desnecessidade da diligência apontada, concluiu pelo seu não deferimento, pois, nas palavras do relator, ***“a operação de importação também enseja a redução da base de cálculo prevista no Convênio supra”***.

A PGE/PROFIS, em Parecer opinativo, pugnou pelo Improvimento do Recurso Voluntário, pois, em se tratando, a redução da base de cálculo, como espécie de isenção parcial, sua interpretação deve ser literal e, portanto, restritiva, razão pela qual não merecem acolhida as alegações de Recurso Voluntário.

## VOTO

Inicialmente, deve-se consignar que, conforme esclarecido na solicitação de diligência de fls. 136 e 137, o agente fiscal incorrera em alguns equívocos, quais sejam:

- a) a descrição da infração não foi feita de forma clara, a oportunizar o contribuinte seu regular exercício do direito de defesa;
- b) o autuante, na informação fiscal, alegou que o auto de infração havia sido lavrado com base no art. 84, e incisos, do RICMS, dispositivo este não indicado na autuação;
- c) as despesas aduaneiras não foram claramente explicitadas e, ainda, não se justificou, uma a uma, sua inclusão na base de cálculo e a previsão legal para tanto.

A despeito de devidamente intimado a promover as correções e esclarecimentos cabíveis, o agente fiscal nada fez além de repetir, na íntegra, a informação fiscal anteriormente apresentada e

trazer novo demonstrativo de débito, que pormenoriza os valores das despesas incorporadas à base de cálculo.

Resta evidente que, apesar de o autuante não ter cumprido satisfatoriamente os termos da diligência determinada, foi possível ao recorrente o inteiro conhecimento acerca da infração que lhe fora imputada, inclusive no que concerne às parcelas que compuseram a base de cálculo do imposto cobrado, concedendo-lhe novo prazo para manifestação (intimação de fl. 148), efetivamente apresentada em 12/09/2005 (fls. 149 a 152). Veja-se que as peças apresentadas pelo recorrente demonstram, claramente, ter, o Contribuinte, pleno conhecimento sobre a matéria discutida no presente PAF. Logo, não se poderia declarar nulo o auto de infração lavrado contra o recorrente, eis que, como asseverado pela JJF, a apresentação do novo demonstrativo de débito esclareceu acerca das despesas aduaneiras inseridas na base de cálculo do imposto.

Não se insurgindo, o recorrente, na sua peça de recurso, quanto ao entendimento da JJF relativamente às mercadorias constantes das Notas Fiscais de nºs 374288 e 374280, nenhuma reforma merecerá, a decisão recorrida, no que se refere ao ICMS apurado.

Assim sendo, a controvérsia cinge-se à operação de importação de *máquina de impressão por jato de tinta piezoelétrico, para produção de telas serigráficas*, e, quanto a este produto, se é aplicável ou não a redução da base de cálculo prevista no Convênio 52/91, conforme estabelecido no art. 77, I, “a”, do RICMS. Quanto a este aspecto, em que pese o entendimento esboçado pelo ilustre representante da PGE/PROFIS, entende-se como efetivamente aplicável à redução da base de cálculo suscitada pelo recorrente.

E outro não poderia ser o posicionamento deste Conselho de Fazenda, eis que nem mesmo o rigorismo técnico no qual encontra-se envolto o direito tributário permite o não reconhecimento de que a mercadoria em análise encontra-se incluída dentre aquelas previstas no Anexo 5, para as quais foi conferido o benefício da redução da base de cálculo. Inaplicáveis, com a devida licença, as alegações constantes da decisão recorrida, que se destinam ao afastamento do benefício. A máquina adquirida está claramente consignada no rol do Anexo 5 e a operação realizada (importação), por força do art. 12, do RICMS, equipara-se a operação interna. Deve-se registrar que o país de origem da mercadoria (Estados Unidos da América) é signatário do GATT, razão pela qual restam efetivamente preenchidos os requisitos legais para a equiparação da operação de importação em tela a uma operação interna.

No que concerne ao cálculo da Base de Cálculo, todavia, verifica-se que o imposto recolhido pelo recorrente não corresponde ao efetivamente devido. Quanto às despesas aduaneiras, tem-se o valor de R\$5.136,13, senão veja-se:

DESPESA	VALOR
Armazenagem (fl. 21)	R\$2.237,92
Seguro (fl. 21)	R\$431,58
Capatazia (fl. 19)	R\$2.107,01
Outras (fl. 22)	R\$359,62
TOTAL	R\$5.136,13

Deve-se ressaltar, todavia, que, na forma do art. 12, do RICMS, o tratamento conferido à operação de importação em comento deve ser isonômico em relação àquele dispensado às transações internas. Assim sendo, o ICMS deverá incorporar a Base de Cálculo para aferição do montante de imposto devido.

Desta maneira, tem-se a seguinte Base de Cálculo:

BASE DE CÁLCULO	
Valor da Mercadoria – CIF	R\$359.652,92
IPI	R\$18.701,95
II	R\$14.386,12
Despesas Aduaneiras	R\$5.136,13
Total	R\$397.877,12
Base de Cálculo (Imposto incorporado: ÷0,83)	R\$479.370,02

Assim sendo, aplicando-se a redução da base de cálculo e os parâmetros de apuração acima indicados, tem-se o seguinte panorama:

DATA	NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO (R\$)	ICMS DEVIDO (R\$)	ICMS PAGO (R\$)	ICMS A PAGAR (R\$)
03/05/02	374270	479.370,02	42.184,56	34.561,99	7.622,57
03/09/02	374288	46.589,85	7.920,27	6.708,12	1.212,15
28/05/02	374280	8.778,94	1.492,42	1.186,96	305,46
<b>TOTAL</b>					9.140,18

Ante o exposto e tendo em vista o entendimento de que a redução da base de cálculo é plenamente aplicável ao caso em exame, voto pelo PROVIMENTO PARCIAL do Recurso Voluntário, para considerar-se como devido o valor de imposto acima explicitado, homologando-se o pagamento já realizado pelo contribuinte.

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER PARCIALMENTE** o Recurso de Voluntário apresentado para modificar a Decisão recorrida e julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **108875.0012/04-7**, lavrado contra **N. H. SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$9.140,18**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de maio de 2006.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

FÁBIO DE ANDRADE MOURA – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS